



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 14:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **DESPACHO N.º 283/GP/AP/2013 – VEREADORES A TEMPO INTEIRO E DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE**
2. **DESPACHO N.º 284/GP/AP/2013 – DESIGNAÇÃO DA CHEFE DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**
3. **DESPACHO N.º 285/GP/AP/2013 – DESIGNAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**
4. **DESPACHO N.º 286/GP/AP/2013 – DESIGNAÇÃO DA SECRETÁRIA DO GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO**
5. **RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 278/2013 DE 3 DE OUTUBRO DE 2013**
6. **RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282/2013 DE 8 DE OUTUBRO DE 2013**

7. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282-A/2013 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013
8. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282-B/2013 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013
9. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282-C/2013 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013
10. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282-D/2013 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013
11. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, COM FACULDADE DE SUBDELEGAÇÃO.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Sr. Presidente** deu início ao período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, reafirmando tudo aquilo que disse no seu discurso de tomada de posse, nomeadamente que entende estarem reunidas todas as condições para um bom trabalho em prol da Marinha Grande, no sentido de agregar e juntar ao todo a vontade das partes.

De seguida usou da palavra o **Sr. Vereador Vítor Pereira**, que começou por apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes e expressar votos de um bom mandato ao Sr. Presidente da Câmara. Referiu que a atuação da CDU ir-se-á pautar por uma posição construtiva, de diálogo, colaborante e em defesa de tudo aquilo que entendam que defende os interesses das populações, tal como no mandato anterior, manifestando-se contra sempre que não concordem, mas não criando obstáculos, fazendo-o sempre, do ponto de vista político, de forma construtiva.

Saudou ainda os anteriores Vereadores, deu as boas vindas aos novos eleitos e à vivência do que é o trabalho da Câmara, pois é bom que vejam como é que as coisas são e como se passam, para dissipar algumas dúvidas.

Após a intervenção inicial, abordou os seguintes assuntos:

- Deixou um alerta, para que os documentos sejam entregues aos Vereadores dentro dos prazos legais, pois já era uma queixa sua no anterior mandato, pedindo até que quando se tratarem de assuntos de maior complexidade a Câmara faça um esforço para os entregar mais cedo.
- Pediu ao Sr. Presidente que as reuniões da Câmara Municipal passem a ser gravadas, para dissipar dúvidas que possam vir a existir.

- Relativamente às atas, pediu que venham à reunião seguinte, para leitura e assinatura, embora neste momento não tenha presente se a disposição legal anterior se mantém ou se houve alteração com a entrada em vigor do novo regime jurídico das autarquias locais.
- Solicitou a emissão dos novos cartões dos eleitos, pedindo que sejam de tamanho mais reduzido que os anteriores, que eram demasiado grandes, e que não seja identificado como Vereador da CDU mas sim como Vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande, eleito pela CDU.
- Pediu igualmente a emissão do cartão de estacionamento para os novos Vereadores, uma vez que os cartões dos Vereadores que integravam o anterior executivo ainda se encontram válidos.
- Considerando que a declaração para o Tribunal Constitucional é obrigatória para todos os eleitos, pediu ao Sr. Presidente que a Câmara diligencie a compra dos impressos para todos, pagando depois cada um o seu.
O **Sr. Presidente** respondeu de imediato informando que a Câmara vai pedir os referidos impressos, em duplicado, para todos os eleitos.
- Solicitou, em nome dos Vereadores eleitos pela CDU, a disponibilização de um gabinete, devidamente equipado, com computador e com apoio de um secretário, que poderá ser comum a todos os outros Vereadores, tal como prevê o art.º 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- Relativamente aos horários dos trabalhadores da Câmara, o Sr. Vereador perguntou ao Sr. Presidente se vai fazer a aplicação da providência cautelar a todos os trabalhadores, independentemente de serem ou não sócios do STAL, e se a Câmara pretende contestá-la ou não.
O **Sr. Presidente** informou que fez um despacho para que todos os trabalhadores pratiquem o horário de 35 horas semanais já a partir de hoje, e até decisão do Tribunal Constitucional.

Seguidamente usou da palavra o **Sr. Vereador António Santos**, que saudou todos os colegas Vereadores, referindo que são o garante e legitimamente eleitos pela população da Marinha Grande, que os elegeu para os representarem. Referiu que mais uma vez, e fá-lo pela terceira vez, agora numa questão de acção, quer dar os parabéns ao Presidente da Câmara, a quem a população da Marinha Grande deu esse pergaminho. Como já é sabido através dos meios de comunicação, foi celebrado um acordo entre o PS e o PSD, porque a política é feita de consensos, e independentemente das críticas de que tem sido alvo, continuará a responder aquilo que escreveu no facebook, que leu, e que se reproduz de seguida:

" A política deve ser feita de consensos. Eles devem existir a nível Nacional para bem de todos nós, mas também devem existir a nível local para bem da população Marinhense. A partir de agora, penso eu, que não devem estar jogos partidários ou interesses pessoais, mas sim o nosso concelho e as nossas gentes. Foi com este propósito que fiz este acordo desinteressado de protagonismos ou outros interesses. Para mim a política, como disse em campanha, é a Marinha Grande e as pessoas. Mais disse que em primeiro lugar vão estar sempre as pessoas. O que disse em campanha vou

manter agora enquanto vereador legitimamente eleito pelo povo da Marinha Grande. Para mim não há o antes e depois. A honestidade cabe em todo o lugar, até na política...".

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira usou da palavra, referindo que é a primeira vez que se encontra presente numa reunião da Câmara Municipal, pelo que pretende fazer uma declaração política de início de mandato. Procedeu à sua leitura, reproduzindo-se de seguida o seu teor, ficando o original anexo à presente ata (**Anexo 1**):

“Sendo esta a primeira reunião da Câmara Municipal após a sua constituição, acto decorrente das últimas eleições autárquicas, quero salientar o modo altamente democrático em que as mesmas decorreram. Dedico uma palavra de apreço para com os cidadãos que acreditaram no MpM – Movimento pela Marinha e, por essa via, me facultaram a tão nobre responsabilidade de exercer o cargo de Vereador o qual permitirá ter um papel activo na defesa de acções conducentes ao bem-estar e qualidade de vida da população.

Como sempre afirmei, defenderei os interesses da nossa terra e dos nossos concidadãos, não estando condicionado a decisões de comissões políticas, concelhias ou distritais, mas defendendo os legítimos interesses dos munícipes, para que se criem condições para responder às necessidades dos cidadãos, executando aquilo que eles esperam que seja feito. Irei votar sempre seguindo estes princípios, mesmo que, num dado momento, tenha de votar favoravelmente ou contra propostas vindas de uma qualquer outra força política. Desde que a decisão seja favorável à nossa terra e aos nossos munícipes, concordaremos, venha donde vier essa proposta. E o inverso também será verdadeiro.

Irei pautar o exercício desta função pelo respeito, transparência e legalidade na administração, reconhecendo o grande contributo dos trabalhadores da Câmara Municipal neste projecto colectivo.

Darei prioridade a acções e projectos que se enquadrem nas 7 políticas prioritárias de acção definidas pelo MpM – Movimento pela Marinha, as quais foram sufragadas pelo povo, designadamente:

- 1. **Emprego e desenvolvimento económico** - Actuar como o principal agente facilitador do concelho para a redução de custos ao investimento produtivo, ao desenvolvimento do comércio e turismo, que sejam geradores de oportunidades de trabalho, com salários condignos, justos e economicamente sustentáveis.*
- 2. **Apoio e coesão social** - Promover a integração social e o bem-estar dos mais desfavorecidos cooperando activamente com os parceiros sociais, a comunidade local e as famílias, de modo solidário.*
- 3. **Educação, tecnologia e inovação** - Induzir sistematicamente iniciativas de criação de oportunidades de acesso pleno dos jovens e das empresas ao domínio do conhecimento tecnológico, para a transformação dos resultados da educação em processos de inovação permanente, de resposta às necessidades de empregabilidade do concelho.*

4. **Juventude** - *Ser o referencial para os jovens do concelho na concretização de soluções de resposta às suas expectativas e ambições lançando, com a sociedade civil e empresarial, desafios inovadores para a sua plena integração na comunidade local.*
5. **Cultura e desporto** - *Dinamizar com todos os agentes locais a criação de condições para que o associativismo possa desenvolver actividades lúdicas, de ocupação de tempos livres, lazer, saúde e bem-estar, que expressem a identidade do concelho.*
6. **Infra-estruturas, saneamento básico e equipamentos** - *Ter uma gestão criteriosa na aplicação dos recursos financeiros, priorizando todas as iniciativas de investimento, com orientações que privilegiem a resolução das carências básicas da população, essenciais à melhoria da sua qualidade de vida.*
7. **Ordenamento do território, ambiente e segurança** - *Agir proactivamente na representação dos interesses da população e empresas locais junto da Administração Central, para a resolução dos problemas que têm condicionado o desenvolvimento, o progresso e a vida das gentes do concelho*

É esta a militância marinhense que preconizo e vou defender, seguindo princípios e valores já afirmados, com total respeito pelo dever e ética no exercício da política pública.”

Após esta intervenção, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** abordou os seguintes assuntos:

- Perguntou se há um Regimento da Câmara Municipal. Como o Sr. Presidente informou que não existe propôs que o mesmo fosse elaborado tendo obtido a anuência dos restantes membros do executivo.
- Questionou se já estão disponibilizados os espaços físicos, materiais e humanos destinados aos vereadores. Sobre o assunto o Sr. Presidente informou que irá dar resposta oportunamente.
- Esclareceu os presentes de que solicitou o envio dos documentos relativos aos pontos 5, 6, 7, 8, 9 e 10 da ordem do dia da presente reunião pelo facto de ter algumas dúvidas de enquadramento dos processos nomeadamente por desconhecer do que se tratava e os valores da despesa inerentes aos mesmos. Acrescentou que não entendia o que significava o envio feito “excecionalmente”, uma vez que deve ser enviada toda a documentação, ou então um resumo. Sugeriu que pudesse estabelecer-se que, para documentos muito volumosos, até 15 páginas por exemplo, a documentação fosse digitalizada, mais do que isso a informação seria disponibilizada, através do site do Município, à disposição dos Vereadores, num local reservado, com acesso apenas com password, no mesmo momento em que a ordem do dia lhes é enviada por e-mail.
- Concordou com a proposta do Sr. Vereador Vítor Pereira relativamente à gravação das reuniões.

- Por último, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que levasse os eleitos a cumprimentar todos os funcionários dando nota da cordialidade para com os recursos humanos da organização.

Seguiu-se a intervenção do **Sr. Vereador Paulo Vicente**, que referiu, a julgar pelas palavras dos seus antecessores, acreditar que todos estão aqui em defesa das populações do concelho. Da sua parte contarão com toda a sua disponibilidade e lealdade, esperando a reciprocidade. Referiu ainda que, como Vereador e como Vice-Presidente, estará ao serviço a tempo inteiro, a qualquer hora do dia ou da noite, disponibilizando o seu número de telemóvel.

Seguidamente usou da palavra a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho**, que saudou todos os colegas Vereadores, referindo que o seu colega Vítor Pereira já salientou todos os pontos essenciais. Deu as boas vindas aos novos colegas, manifestou contentamento em rever os antigos, e referiu que imbuídos do espírito aqui expresso certamente todos irão fazer um bom mandato.

O **Sr. Presidente** agradeceu as palavras proferidas pelos Srs. Vereadores e manifestou toda a disponibilidade para trabalhar.

Referiu, em resposta ao pedido do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que pretende realizar, na próxima semana, uma reunião com todos os trabalhadores da Câmara, à semelhança do que fez no mandato anterior, na qual pretende apresentar todo o executivo e dar a conhecer a distribuição dos pelouros, pelo que gostaria de contar com a presença de todos os Srs. Vereadores.

Em relação às restantes questões informou que irá dar resposta oportunamente.

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

886 – Por se tratar de matéria que deverá ser objeto de deliberação na primeira reunião e por não ter sido incluída na ordem do dia, o Sr. Presidente solicitou a todos os Srs. Vereadores a apreciação e votação da seguinte proposta no decurso do período de antes da ordem do dia:

“Nos termos do previsto no artigo 40.º, n.ºs 1 e 2, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado abreviadamente RJAL, a câmara municipal realizará uma reunião ordinária semanal, ou quinzenal, se o julgar conveniente, devendo as mesmas ter lugar em dia e hora certos, cuja marcação será objeto de deliberação na primeira reunião após a instalação do órgão.

De acordo com o artigo 49.º, n.º 2, da mesma disposição legal, os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, sendo fixado um período para intervenção e esclarecimento público.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do previsto nos artigos 40.º, n.ºs 1 e 2, e 49.º, nº 2, do RJAL delibera:

- Realizar uma reunião ordinária quinzenal;
- Estabelecer como dia e hora para a sua realização as quintas-feiras, com início às 09:30 horas, devendo a mesma ser antecipada para a quarta-feira anterior ao dia previsto, com início à mesma hora, sempre que o dia de reunião coincidir com feriado;
- Determinar que a primeira reunião ordinária mensal seja pública, fixando o período para intervenção e esclarecimento público a partir das 12:00 horas;
- Aprovar, para o ano de 2013, o calendário que se anexa (Anexo 2)."

O Sr. Vereador Carlos Logrado propôs o seguinte:

- que todas as reuniões da Câmara Municipal sejam públicas e com um período para intervenção do público, a ter lugar no início da reunião;
- que as reuniões sejam descentralizadas do edifício da Câmara Municipal, e que se realizem nas Juntas de Freguesia e nas coletividades.

O Sr. Vereador Paulo Vicente referiu que em termos de funcionalidade lhe parece que será muito difícil transpor as reuniões para fora do edifício da Câmara, pois em termos práticos e logísticos, nomeadamente no que se refere aos processos de obras, é quase impraticável fazer as reuniões fora, entendendo que, quando muito, fazer os atendimentos nas freguesias, tal como já aconteceu em anteriores mandatos.

O Sr. Presidente disse que não vê como concretizar esta pretensão, concordando, quando muito, com a realização do atendimento fora do edifício.

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse que concorda com o Sr. Vereador Paulo Vicente e com o Sr. Presidente, e não é pelo transporte dos processos, mas sim com a necessidade de chamar os técnicos para esclarecer as dúvidas que se colocam no momento. Vê com bons olhos o atendimento ao público e até a deslocação aos locais. Em relação ao facto de as reuniões serem todas públicas concorda, mas só uma com período de atendimento ao público.

Pelas razões já apontadas, o Sr. Presidente disse que acha impossível a descentralização das reuniões, sendo consensual que todas as reuniões sejam públicas.

No que respeita ao período de intervenção do público, e uma vez que a Câmara Municipal ainda não tem Regimento, torna-se necessário desde já definir as regras, pelo que todos

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

concordaram que aquele deverá ter lugar no início da reunião, com uma duração máxima de 30 minutos, e um período máximo por interveniente de 5 minutos.

Assim, a Câmara Municipal delibera, por unanimidade, que todas as suas reuniões ordinárias sejam públicas, com um período de intervenção do público, devendo o mesmo ter lugar no início da reunião, com uma duração máxima de 30 minutos, e um período máximo por interveniente de 5 minutos, devendo os interessados inscrever-se antecipadamente no balcão de atendimento da Câmara indicando o assunto a tratar para que possa ser colhida junto dos serviços toda a informação necessária.

No que se refere ao dia e hora para as reuniões ordinárias, o Sr. Presidente propôs que as mesmas se realizem quinzenalmente, às quintas-feiras, com início às 09:30 horas.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira propôs que se realizem às terças-feiras.

Posta à votação a proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal delibera, por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se realizem quinzenalmente, às quintas-feiras, com início às 09:30 horas.

Tendo em consideração as dificuldades apontadas relativamente à proposta do Sr. Vereador Carlos Logrado, de descentralização de todas as reuniões, o Sr. Presidente referiu que uma solução passaria pela realização, alternadamente, de uma reunião no edifício da Câmara Municipal e uma outra fora.

Posta à votação a proposta do Sr. Vereador Carlos Logrado, para a descentralização de todas as reuniões da Câmara Municipal, foi a mesma rejeitada, por maioria, com 5 votos contra, 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e 1 voto a favor do proponente.

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Embora esteja de acordo com a possibilidade de descentralização das reuniões de Câmara, pela minha experiência como Vereador afigura-se-me extremamente difícil que possa ser levada à prática. A quantidade enorme de processos bem como a constante solicitação de técnicos da Câmara para assessorarem os Vereadores prestando esclarecimentos e esclarecendo dúvidas torna inviável a deslocação das reuniões da Câmara Municipal. Defendo, contudo, que devemos acolher parte da proposta realizando nos diversos locais reuniões da Câmara Municipal, integradas nas reuniões ordinárias, mas cujo único ponto em discussão seja o atendimento ao público. Perfilho que estes atendimentos sejam feitos e devidamente publicitados, de forma a que as pessoas tenham conhecimento prévio da possibilidade desse atendimento.”

Esta declaração de voto foi subscrita pela Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, pelos Srs. Vereadores Paulo Vicente e António Santos, e pelo Sr. Presidente.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se e proferiu a seguinte declaração de voto:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

“É desejável que as reuniões sejam o mais próximo possível dos cidadãos. No entanto, foi explicado que os processos envolvem muitos documentos e são de grande volume. Além disso os técnicos necessários a responder a questões da vereação estão na câmara. Devem haver reuniões descentralizadas, devidamente marcadas e anunciadas aos cidadãos, falando de temas muito específicos.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado propôs ainda a aprovação da obrigatoriedade de todos receberem todos os processos destinados à reunião de Câmara exclusivamente em formato digital, acabando com a utilização do papel.

Posta à votação a proposta supra, foi a mesma rejeitada, por maioria, com 6 votos contra e 1 voto a favor do proponente.

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero de legalidade duvidosa a proposta apresentada, porque ninguém pode obrigar ninguém a escolher o método de trabalho.”

Esta declaração de voto foi subscrita pela Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, pelos Srs. Vereadores Vítor Pereira e António Santos, e pelo Sr. Presidente.

Em conclusão, a Câmara Municipal delibera:

- **Que todas as suas reuniões ordinárias sejam públicas, com um período de intervenção do público, devendo o mesmo ter lugar no início da reunião, com uma duração máxima de 30 minutos, e um período máximo por interveniente de 5 minutos, devendo os interessados inscrever-se antecipadamente no balcão de atendimento da Câmara indicando o assunto a tratar para que possa ser colhida junto dos serviços toda a informação necessária.**
- **Que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se realizem quinzenalmente, às quintas-feiras, com início às 09:30 horas.**

A próxima reunião ordinária da Câmara Municipal realizar-se-á dia 31/10/2013, com início às 09:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - DESPACHO N.º 283/GP/AP/2013 – VEREADORES A TEMPO INTEIRO E DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE

Para os devidos efeitos, na sequência da instalação da Câmara Municipal da Marinha Grande para o quadriénio de 2013/2017 e na qualidade de Presidente, dou conhecimento ao digníssimo órgão executivo, que através do meu despacho n.º 283/GP/AP/2013, de 22 de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

outubro, fixei apenas em um, o número de vereadores em regime de tempo inteiro. A minha escolha recaiu sobre o Senhor Paulo Jorge Campos Vicente, o qual designei como Vice-Presidente, que me substituirá nas minhas faltas e impedimentos.

A Câmara tomou conhecimento.

2 - DESPACHO N.º 284/GP/AP/2013 – DESIGNAÇÃO DA CHEFE DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Para os devidos efeitos, na sequência da instalação da Câmara Municipal da Marinha Grande para o quadriênio de 2013/2017 e na qualidade de Presidente, dou conhecimento ao digníssimo órgão executivo, que através do meu despacho n.º 284/GP/AP/2013, de 22 de outubro, designei para exercer as funções de chefe do meu gabinete de apoio, a licenciada Maria Tereza Lages Coelho dos Santos Marques.

A Câmara tomou conhecimento.

3 - DESPACHO N.º 285/GP/AP/2013 – DESIGNAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Para os devidos efeitos, na sequência da instalação da Câmara Municipal da Marinha Grande para o quadriênio de 2013/2017 e na qualidade de Presidente, dou conhecimento ao digníssimo órgão executivo, que através do meu despacho n.º 285/GP/AP/2013, de 22 de outubro, designei para exercer as funções de adjunto do meu gabinete de apoio, o Senhor Amândio João Paula Fernandes.

A Câmara tomou conhecimento.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira, a propósito desta designação, referiu o seguinte:

“Apesar de ser da competência do Sr. Presidente da Câmara a designação do seu adjunto gostava apenas de reafirmar que recentemente tivemos exemplos de pouca democraticidade por parte do Sr. Amândio Fernandes, nomeadamente no sorteio dos boletins de voto, na escolha dos membros das mesas e voto, e durante os debates. Para além disso, e apesar de não conhecer competências e experiência no desempenho do cargo de adjunto, entendi que foi uma decisão semelhante à que foi tomada há quatro anos, de chamar o 4.º candidato da lista do PS, para adjunto (o Sr. Presidente corrigiu dizendo que o Dr. Paulo Gonçalves foi chefe de gabinete). Oxalá os resultados sejam melhores do que há quatro anos.”

Sobre esta observação, o **Sr. Presidente** reforçou que se trata de uma competência sua esta designação.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

O **Sr. Vereador António Santos** acrescentou que apesar de conhecer mal o nomeado, também achou que não terá o perfil adequado, uma vez que os tempos que aí vêm exigem pessoas com saber e saber fazer, e com um saber estar, o que lhe parece que não é o caso, pelo menos a julgar pelos debates durante a campanha eleitoral, questionando se pelo facto de ter a 4.ª classe terá competência para analisar os projectos QREN.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que acha estes julgamentos de mau tom e até deselegantes.

O **Vereador Vítor Pereira** referiu que não conhece o nomeado mas conhece bem a Chefe de Gabinete Tereza Coelho, subscrevendo a observação do Sr. Presidente de que esta designação é da responsabilidade política do Presidente.

4 - DESPACHO N.º 286/GP/AP/2013 – DESIGNAÇÃO DA SECRETÁRIA DO GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO

Para os devidos efeitos, na sequência da instalação da Câmara Municipal da Marinha Grande para o quadriénio de 2013/2017 e na qualidade de Presidente, dou conhecimento ao digníssimo órgão executivo, que através do meu despacho n.º 286/GP/AP/2013, de 22 de outubro, designei para exercer as funções de secretária do gabinete de apoio à vereação, a assistente técnica Ana Teresa Abreu Domingues.

A Câmara tomou conhecimento.

5 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 278/2013 DE 3 DE OUTUBRO DE 2013

887 - Presente despacho, do Presidente da Câmara Municipal, de 03 de outubro de 2013, com o seguinte teor integral:

A Câmara Municipal deliberou, em 06 de setembro passado, ceder parte dos espaços das antigas instalações da IVIMA a várias associações do concelho, que desenvolvem ações com caráter social.

Esta cedência só foi possível por via da doação do edifício ao Município da Marinha Grande, formalizada através da escritura pública, outorgada em 18 de dezembro de 2012.

Tendo em conta que a população da Marinha Grande foi agraciada com a liberalidade da BA Vidro e que a integração deste património na esfera do Município constitui uma mais-valia inquestionável.

Tendo em conta que se revela ajustado deixar registada, em placa própria, a ação benemérita e a sua data.

Assim, determino que se proceda à aquisição de uma placa em vidro para assinalar a doação do edifício das antigas da IVIMA ao Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

Este despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua primeira reunião, após a tomada de posse dos novos eleitos, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, ratificar o despacho n.º 278/2013, de 03 de outubro de 2013.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anterior* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

O Sr. Vereador Carlos Logrado sugeriu que se privilegie sempre, e em todos os casos, os fornecedores do concelho, obedecendo às regras de qualidade/preço.

Esta sugestão foi subscrita por unanimidade.

6 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282/2013 DE 8 DE OUTUBRO DE 2013

888 - Presente despacho, do Presidente da Câmara Municipal, de 08 de outubro de 2013, com o seguinte teor integral:

Após a receção provisória da obra de reabilitação do edifício da Resinagem e na sequência dos trabalhos de adaptação do novo edifício erigido (Cubo de Vidro) ficaram reunidas as condições para a preparação e subsequente abertura ao público da exposição permanente do Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro.

Tendo em conta que, nesta data, é já possível fixar como data de abertura ao público, do espaço identificado, o dia 19 de outubro corrente.

Tendo em conta que se revela ajustado deixar registada, em placa própria, o momento de abertura ao público da exposição permanente do Núcleo de Arte Contemporânea.

Assim, determino que se proceda à aquisição de uma placa em vidro para assinalar a abertura ao público do Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro, sito no Edifício da Resinagem.

Este despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua primeira reunião, após a tomada de posse dos novos eleitos, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, ratificar o despacho n.º 282/2013, de 08 de outubro de 2013.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anterior* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

O Sr. Vereador Carlos Logrado sugeriu que se privilegie sempre, e em todos os casos, os fornecedores do concelho, obedecendo às regras de qualidade/preço.

Esta sugestão foi subscrita por unanimidade.

7 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282-A/2013 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

889 - Presente despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 15 de outubro de 2013, com o seguinte teor integral:

Após a receção provisória da obra de reabilitação do edifício da Resinagem e na sequência dos trabalhos de adaptação do novo edifício erigido (Cubo de Vidro) ficaram reunidas as condições para a preparação e subsequente abertura ao público da exposição permanente do Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro.

Tendo em conta que, nesta data, é já possível fixar como data de abertura ao público, do espaço identificado, o dia 19 de outubro corrente.

Tendo em conta a necessidade de se inaugurar o espaço tendo em vista a abertura do mesmo à população da Marinha Grande, pelo que se revela ajustado a aquisição de uma prestação de serviço de catering tendo em vista a receção condigna dos convidados.

Assim, determino que se proceda à aquisição da prestação de serviço de catering para se assinalar a abertura ao público do Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro, sito no Edifício da Resinagem.

Este despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua primeira reunião, após a tomada de posse dos novos eleitos, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, ratificar o despacho n.º 282-A/2013, de 15 de outubro de 2013.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anterior* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

O Sr. Vereador Carlos Logrado sugeriu que se privilegie sempre, e em todos os casos, os fornecedores do concelho, obedecendo às regras de qualidade/preço.

Esta sugestão foi subscrita por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

8 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282-B/2013 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

890 - Presente despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 15 de outubro de 2013, com o seguinte teor integral:

Após a receção provisória da obra de reabilitação do edifício da Resinagem e na sequência dos trabalhos de adaptação do novo edifício erigido (Cubo de Vidro) ficaram reunidas as condições para a preparação e subsequente abertura ao público da exposição permanente do Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro.

Tendo em conta que, nesta data, é já possível fixar como data de abertura ao público, do espaço identificado, o dia 19 de outubro corrente.

Tendo em conta a necessidade de se inaugurar o espaço tendo em vista a abertura do mesmo à população da Marinha Grande, pelo que se revela ajustado a aquisição de uma prestação de serviços de um concerto de música tendo em vista a receção condigna dos convidados e a celebração desta inauguração.

Assim, determino que se proceda à aquisição da prestação de serviço de concerto "Música no Centro" com a artista Deolinda Bernardo para se assinalar a abertura ao público do Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro, sito no Edifício da Resinagem.

Este despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua primeira reunião, após a tomada de posse dos novos eleitos, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, ratificar o despacho n.º 282-B/2013, de 15 de outubro de 2013.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anterior* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

O Sr. Vereador Carlos Logrado sugeriu que se privilegie sempre, e em todos os casos, os fornecedores do concelho, obedecendo às regras de qualidade/preço.

Esta sugestão foi subscrita por unanimidade.

9 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282-C/2013 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

891 - Presente despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 15 de outubro de 2013, com o seguinte teor integral:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

Após a receção provisória da obra de reabilitação do edifício da Resinagem e na sequência dos trabalhos de adaptação do novo edifício erigido (Cubo de Vidro) ficaram reunidas as condições para a preparação e subsequente abertura ao público da exposição permanente do Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro.

Tendo em conta que, nesta data, é já possível fixar como data de abertura ao público, do espaço identificado, o dia 19 de outubro corrente.

Tendo em conta a necessidade de se inaugurar o espaço tendo em vista a abertura do mesmo à população da Marinha Grande, pelo que se revela ajustado a aquisição de uma prestação de serviços de um concerto de música tendo em vista a receção condigna dos convidados e a celebração desta inauguração.

Assim, determino que se proceda à aquisição da prestação de serviço de concerto “Música no Centro” com os artistas Hiding Place 29 e Biscoito Interrompido para se assinalar a abertura ao público do Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro, sito no Edifício da Resinagem.

Este despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua primeira reunião, após a tomada de posse dos novos eleitos, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, ratificar o despacho n.º 282-C/2013, de 15 de outubro de 2013.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira absteve-se por considerar que foram atos praticados em período *à anterior* à sua tomada de posse, portanto não estava na gestão.

O Sr. Vereador Carlos Logrado sugeriu que se privilegie sempre, e em todos os casos, os fornecedores do concelho, obedecendo às regras de qualidade/preço.

Esta sugestão foi subscrita por unanimidade.

10 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 282-D/2013 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

892 - Presente despacho, do Presidente da Câmara Municipal, de 18 de outubro de 2013, com o seguinte teor integral:

Considerando a necessidade de se proceder à arrecadação da receita do Impostos Diretos do mês de Setembro de 2013, processados pela Autoridade Tributária e Aduaneira a 16-10-2013 a favor do Município da Marinha Grande.

Considerando que o valor dos reembolsos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira foram superiores aos montantes estimados para o referido período, determino a assunção de despesa com reembolsos e restituições no montante de 8.234, 04 euros.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

Este despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua primeira reunião, após a tomada de posse dos novos eleitos, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, ratificar o despacho n.º 282-D/2013, de 18 de outubro de 2013.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, COM FACULDADE DE SUBDELEGAÇÃO.

893 - Atendendo a que:

- A gestão eficiente dos assuntos municipais e a proteção dos direitos dos particulares determinam que as decisões administrativas sejam tomadas com a maior celeridade possível, temperada pela procura permanente de decisões justas e adequadas;
- O instrumento legal de delegação de competências se revela apto a conferir qualidade e rapidez ao procedimento decisório nas matérias que se inserem no raio das atribuições municipais;
- O integral respeito do princípio da desburocratização impõe a estruturação de uma cadeia de decisão que permita o normal fluir da tramitação administrativa, sem que se intrometam condicionantes relativas a regras de funcionamento orgânico;
- As competências a delegar visam assegurar a concretização das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal e por esta Câmara;
- A delegação das competências em presença visa garantir uma plena prossecução das atribuições municipais;

Assim, a Câmara Municipal delibera delegar no seu Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com faculdade de subdelegação em qualquer dos vereadores:

A) ao abrigo do artigo 34.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a sua competência para:

- a) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;

- b) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei, prevista na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- c) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, prevista na alínea r), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- d) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal, prevista na alínea t), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- e) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal, prevista na alínea v), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- f) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, prevista na alínea w), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- g) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos, prevista na alínea x), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- h) Executar as obras, por administração direta ou empreitada, prevista na alínea bb), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- i) Alienar bens móveis, prevista na alínea cc), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- j) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, prevista na alínea dd), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- k) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, prevista na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- l) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, prevista na alínea ff), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;

- m) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, prevista na alínea gg), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- n) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, prevista na alínea ii), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- o) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, prevista na alínea jj), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- p) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura, prevista na alínea kk), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- q) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, prevista na alínea ll), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- r) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, prevista na alínea nn), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- s) Administrar o domínio público municipal, prevista na alínea qq), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- t) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município, prevista na alínea uu), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- u) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município, prevista na alínea ww), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- v) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, prevista na alínea yy), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- w) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município, prevista na alínea zz), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- x) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, prevista na alínea bbb), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL;
- y) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, prevista na alínea b), do artigo 39.º, do RJAL;

- z) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros, prevista na alínea c), do artigo 39.º, do RJAL.

B) ao abrigo dos artigos 5.º, n.º 1 e 117.º, n.º 2, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a sua competência para:

- a) Conceder licenças administrativas para a edificação de muros de vedação, confinem ou não com a via pública, prevista na alínea c), do n.º 2, do artigo 4.º, do RJUE;
- b) Conceder licenças administrativas para a realização de obras que consistam em construções ligeiras de um só piso, autónomas, com área superior a 30 metros quadrados e ou altura que exceda 2,60 metros, prevista na alínea c), do n.º 2, do artigo 4.º, do RJUE;
- c) Conceder licenças administrativas para a realização de obras de reconstrução sem preservação de fachadas, prevista na alínea e), do n.º 2, do artigo 4.º, do RJUE;
- d) Conceder licenças administrativas para a realização de obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução, prevista na alínea f), do n.º 2, do artigo 4.º, do RJUE;
- e) Autorizar o pagamento fracionado das taxas referidas nos n.ºs 2 a 4, do artigo 116.º.

C) ao abrigo do artigo 34.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 4.º, do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande, a sua competência para:

- a) Autorizar a ligação dos sistemas prediais de abastecimento de água ao sistema público de distribuição, nos termos do artigo 11.º, do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande;
- b) Autorizar o aproveitamento total ou parcial das canalizações dos sistemas de distribuição predial existentes, nos termos do artigo 14.º do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande;
- c) Determinar a suspensão e interrupção do fornecimento de água, nos termos dos artigos 18.º e 19.º do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande e em conformidade com o artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;

- d) Autorizar o fornecimento de água quando existam débitos de consumo por regularizar da responsabilidade do interessado, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande;
- e) Dispensar a colocação de contador nas instalações destinadas exclusivamente ao serviço de proteção contra incêndios, nos termos do n.º 5, do artigo 45.º do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande;
- f) Proceder à verificação e reaferição de contadores por iniciativa própria ou a requerimento do consumidor, nos termos dos artigos 49.º e 51.º do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande;
- g) Autorizar o pagamento em prestações das tarifas e preços a cobrar, nos termos do artigo 64.º, do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande;
- h) Apreciar e decidir as reclamações relativas a atos e omissões do Município, nos termos do artigo 76.º, do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande;
- i) Praticar os seguintes atos de gestão necessários à execução do Regulamento de Tarifas de Distribuição de Água do Concelho da Marinha Grande:
 - i) Aplicação do escalão de rotura da rede predial comprovada pelos serviços, nos termos do n.º 2, do artigo 5.º, do Regulamento de tarifas de distribuição de água do concelho da Marinha Grande;
 - ii) Avaliação de consumo em caso de paragem ou funcionamento irregular do contador, nos termos do artigo 299.º do Regulamento geral dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, aprovado pelo Decreto Regulamentar 23/95, de 23 de agosto;
 - iii) Alteração do tipo de tarifa, nos termos do artigo 5.º, do Regulamento de tarifas de distribuição de água do concelho da Marinha Grande;
 - iv) Celebração de contratos de fornecimento de água, nos termos do artigo 56.º do Regulamento de Distribuição de Água do concelho da Marinha Grande;
 - v) Autorização para a aplicação da tarifa social, nos termos do artigo 5.º—A do Regulamento de tarifas de distribuição de água do concelho da Marinha Grande;
 - vi) Autorização para a aplicação da tarifa de famílias numerosas, nos termos do artigo 5.º—B, do Regulamento de tarifas de distribuição de água do concelho da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
25/10/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

D) ao abrigo do artigo 34.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 4.º, do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do concelho da Marinha Grande, a sua competência para:

- a) Determinar a interrupção ou suspensão do serviço de drenagem de águas residuais, nos termos dos artigos 16.º e 17.º, do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do concelho da Marinha Grande;
- b) Determinar as condições técnicas em que serão efetuadas as ligações de águas residuais pluviais ao sistema público de águas residuais pluviais, nos termos do artigo 21.º, do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do concelho da Marinha Grande;
- c) Determinar a inspeção de sistemas prediais, nos termos do artigo 33.º, do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do concelho da Marinha Grande;
- d) Determinar os ensaios dos sistemas público e predial de drenagem, nos termos do artigo 34.º, do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do concelho da Marinha Grande;
- e) Autorizar o pagamento em prestações das tarifas e preços a cobrar, nos termos do artigo 46.º, do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do concelho da Marinha Grande;
- f) Apreciar e decidir as reclamações relativas a atos e omissões do Município, nos termos do artigo 58.º, do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do concelho da Marinha Grande;
- g) Praticar os seguintes atos de gestão necessários à execução do Regulamento de tarifas de drenagem de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho da Marinha Grande:
 - i) Avaliação de consumo em caso de paragem ou funcionamento irregular do contador, nos termos do artigo 299.º do Regulamento geral dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, aprovado pelo Decreto Regulamentar 23/95, de 23 de agosto;
 - ii) Celebração de contratos, nos termos do artigo 38.º do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do concelho da Marinha Grande;

- iii) Alteração do tipo de tarifa, nos termos dos artigos 5.º, 6.º e 9.º, do Regulamento de tarifas de drenagem de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho da Marinha Grande;
 - iv) Autorização para a isenção e redução de tarifas nos termos do artigo 8.º, do Regulamento de tarifas de drenagem de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho da Marinha Grande;
 - v) Fixação das tarifas de recolha de águas residuais no caso de inexistência de rede pública, nos termos do artigo 6.º-A, do Regulamento de tarifas de drenagem de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho da Marinha Grande;
 - vi) Fixação da tarifa aplicável à limpeza de fossas e coletores particulares, nos termos do artigo 10.º, do Regulamento de tarifas de drenagem de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho da Marinha Grande;
 - vii) Fixação das tarifas aplicáveis nos casos de rotura da rede predial, nos termos do artigo 14.º-A, do Regulamento de tarifas de drenagem de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho da Marinha Grande.
- E) ao abrigo do artigo 34.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a sua competência para:**
- a) Autorizar a inumação nos Cemitérios Municipais da Marinha Grande, nos termos do n.º 1, do artigo 4.º, do Regulamento dos Cemitérios Municipais da Marinha Grande e dos n.ºs 1 e 4, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de julho;
 - b) Autorizar a transladação de cadáveres ou ossadas nos ou para os Cemitérios Municipais da Marinha Grande, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 4.º, do Regulamento dos Cemitérios Municipais da Marinha Grande e n.ºs 2 e 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de julho;
 - c) Promover a inumação de fetos mortos abandonados na área do Concelho da Marinha Grande, bem como dos cadáveres que não sejam sujeitos a autópsia médico-legal e por qualquer motivo não for possível assegurar a sua entrega a qualquer das pessoas referidas no artigo 5.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais da Marinha Grande a fim de se proceder à sua inumação no prazo

legal, nos termos do n.º 4 do artigo 4.º, do Regulamento dos Cemitérios Municipais da Marinha Grande e n.º 4, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de julho;

- d) Conceder licenças de revestimento de sepulturas perpétuas ou temporárias, nos termos do n.º 1, do artigo 51.º, do Regulamento dos Cemitérios Municipais da Marinha Grande.

F) ao abrigo do artigo 34.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a sua competência para:

- a) Licenciatar o exercício da atividade de acampamentos ocasionais, nos termos do artigo 31.º, do Regulamento sobre o Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro – Transferências para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos;
- b) Licenciatar o exercício da atividade de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos, nos termos do artigo 50.º, n.º 1, do Regulamento sobre o Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro – Transferências para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos;
- c) Licenciatar a realização de fogueiras, nos termos do artigo 67.º, do Regulamento sobre o Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro – Transferências para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos;
- d) Licenciatar a realização de queimadas, nos termos do artigo 27.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro;
- e) Autorizar a realização de provas e manifestações desportivas na via pública, nos termos do artigo 8.º, do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março;
- f) Autorizar o exercício de atividades ruidosas temporárias, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Geral de Ruído;
- g) Licenciatar a ocupação de espaço público para fins distintos dos mencionados no n.º 1 do artigo 9.º e a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias não isentas nos termos do artigo 7.º, ambos do Regulamento de Publicidade e

Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano;

- h) Autorizar a instalação de recintos itinerantes e aprovar a instalação de recintos improvisados, nos termos dos artigos 6.º e 16.º, do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro;
- i) Autorizar a realização de feiras em espaços públicos ou privados nos termos do artigo 18.º, da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Relativamente às competências agora delegadas, o Sr. Vereador Aurélio Ferreira perguntou se não é possível haver uma informação mensal à Câmara referente aos atos praticados ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal no Sr. Presidente ou noutros subdelegados.

O Sr. Presidente respondeu que pode haver essa informação, tendo ficado decidido que o Sr. Vereador identifique, das competências agora delegadas, quais as que pretende que sejam objeto de informação à Câmara.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

894 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:30 horas.

No final foi elaborada a presente ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,